

MILTON SANTOS

Economia Espacial

Críticas e Alternativas



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor João Grandino Rodas
Vice-reitor Hélio Nogueira da Cruz



EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Diretor-presidente Plínio Martins Filho

COMISSÃO EDITORIAL

Presidente Rubens Ricupero
Vice-presidente Carlos Alberto Barbosa Dantas
Antonio Penteadó Mendonça
Chester Luiz Galvão Cesar
Ivan Gilberto Sandoval Falleiros
Mary Macedo de Camargo Neves Lafer
Sedi Hirano

Editora-assistente Carla Fernanda Fontana
Chefe Téc. Div. Editorial Cristiane Silvestrin

Tradução

MARIA IRENE DE Q. F. SZMRECSÁNYI



CAMPUS LITORAL NORTE
UFRGS

BIBLIOTECA

Copyright © 2003 by Família Santos

1ª edição (Hucitec) 1979

2ª edição (Edusp) 2003

2ª edição, 3ª reimpressão (Edusp) 2014

CAMPOS LITORAL NORTE UFRGS	
BIBLIOTECA	
Sistem	442682
Pedid	248882
Cód. d. Barras	07227157
Data:	16/03/2017
Nº de chamada:	911.3 5237e 2.ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Santos, Milton, 1926-2001

Economia Espacial: Críticas e Alternativas / Milton Santos;
tradução Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. – 2. ed., 3ª reimpr. –
São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. – (Co-
leção Milton Santos; 3)

Bibliografia.

ISBN 978-85-314-0773-4

1. Espaço em economia. 2. Geografia humana – Áreas sub-
desenvolvidas. 3. Países em desenvolvimento – Condições
econômicas. 4. Planejamento urbano – Áreas subdesenvolvidas.
I. Título. II. Série.

03-2544

CDD-910.091724

Índices para catálogo sistemático:

1. Áreas subdesenvolvidas: Geografia humana 910.091724

Direitos reservados à

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo
Rua da Praça do Relógio, 109-A, Cidade Universitária
05508-050 – São Paulo – SP – Brasil
Divisão Comercial: Tel. (11) 3091-4008 / 3091-4150
www.edusp.com.br – e-mail: edusp@usp.br

Printed in Brazil 2014

Foi feito o depósito legal

SUMÁRIO

<i>Uma Nota Explicativa</i>	9
I. PLANEJANDO O SUBDESENVOLVIMENTO E A POBREZA	13
2. DIFUSÃO DE INOVAÇÕES OU ESTRATÉGIA DE VENDAS?	41
3. A PERIFERIA ESTÁ NO PÓLO: O CASO DE LIMA, PERU	75
4. UMA REVISÃO DA TEORIA DOS LUGARES CENTRAIS	125
5. ESPAÇO E DOMINAÇÃO: UMA ABORDAGEM MARXISTA	137
6. PÓLOS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO E JUSTIÇA SOCIAL	165
7. A TOTALIDADE DO DIABO: COMO AS FORMAS GEOGRÁFICAS DIFUNDEM O CAPITAL E MUDAM AS ESTRUTURAS SOCIAIS	187

UMA NOTA EXPLICATIVA

O leitor tem o direito de saber por que um autor decidiu reunir em volume ensaios escritos em datas diferentes e sem a intenção de produzir um livro. A solução mais freqüente, às vezes beirando o utilitarismo, é dizer que os estudos em questão guardam entre si um elo único. Essa ligação autorizaria aceitá-los como sendo um conjunto, onde se verá que a idéia de um homem sobre algumas questões evolui e produz resultados que podem denunciar um progresso ou uma regressão, embora para o autor constituam o desenvolvimento de uma tese coerente.

Tudo isso é correto. Mas, para a compreensão dos caminhos do autor, às vezes é bom que este mesmo dê uma interpretação autêntica, que explique o seu apego a um tema geral e, também, o que na sua própria trajetória representam tomadas de posição separadas no tempo. Estas, às vezes se distinguem pelas concepções de um conjunto ou detalhe, às vezes se separam frontalmente de outros esforços de interpretação tentados pelo mesmo estudioso em um período bem anterior.

No caso presente, reunimos estudos que datam entre 1970 e 1977, escritos em circunstâncias e países diferentes e relatando experiências

diversas. Todos, porém, são voltados à problemática do espaço considerado como objeto de teorização ou de planejamento.

Escritos anteriores de nossa responsabilidade, cuidando explicita ou implicitamente dos mesmos problemas, todavia se incluíam na corrente maior da obediência ao pensamento oficial sobre a matéria. Teorias como as dos pólos de desenvolvimento, dos lugares centrais, do pólo e periferia, da difusão de inovações foram de tal forma vendidas, no atacado e no varejo, nas universidades dos países industrializados e nas revistas especializadas, que acabaram passando por verdades intocáveis. O bombardeio propagandístico sistemático em torno dessas idéias tão necessárias à expansão de uma certa noção de crescimento encontrava um terreno fértil à sua reprodução: quando se estruturavam, sobretudo nos países subdesenvolvidos, as noções básicas subjacentes ao trabalho do planejamento, não havia praticamente nada a que referir. O terreno estava praticamente vazio. Como as primeiras experiências levaram tempo a amadurecer ou não permitiam uma crítica imediata, éramos levados, inclusive por falta de argumentação empírica em contrário, a admitir que tais teorias eram válidas.

Por outro lado a experiência malograda ou discutível de outros países nos vinha através de um veículo impróprio: revistas especializadas. Estas, tantas vezes orientadas segundo princípios pragmáticos, não costumam abrir-se a outro ponto de vista que não seja a verdade oficial. Os leitores fiéis dessas revistas, os que as lêem em busca de aperfeiçoamento, encontram, a cada nova leitura, uma intoxicação ainda maior. As preocupações críticas aí contidas são muito mais do gênero diversionista, arranhando detalhes insignificantes, enquanto o conteúdo permanece intocado.

Nessas condições, o trabalho de crítica é árduo e corre o risco de se tornar solitário. Ele é possível somente em duas circunstâncias: a própria prática, do autor ou de outros, examinada criticamente; a análise da lógica interna às proposições de que se duvida, com base num esforço onde a renovação teórica se funda no reexame dos dados empíricos.

Em nosso próprio caso, esses dois exercícios combinados foram possíveis porque, exclusivamente consagrados ao trabalho universitá-

rio puro desde 1964, ausente da ação cidadã porque vivendo em países estrangeiros, podendo igualmente guardar uma posição de independência total nas missões de consultoria realizadas em diferentes países, fomos pouco a pouco amadurecendo a crítica às teorias cuja aplicação, sob o selo do prestígio internacional, eram, às vezes sem contestação, aplicadas aqui e ali. Isto, sem dúvida, nos custou dissabores. Como todo mundo sabe, posições desse tipo não facilitam a vida do pesquisador, pois levantam contra ele as iras conjugadas e muito bem orquestradas dos que detêm os instrumentos de produção e difusão do saber e tratam, por todos os meios, de barrar o caminho do insolente. A verdade é que as preocupações teóricas do ensino foram também uma alavanca eficaz na crítica de teorias que, em um primeiro tempo, julgávamos hostis aos interesses dos países subdesenvolvidos e mais recentemente nos apareceram como o instrumento privilegiado da difusão do capital, tanto para agravar o subdesenvolvimento como para manter a estrutura de classes e assegurar a expansão da pobreza.

Tais posições intelectuais correspondem, paralelamente, a uma evolução teórica e ideológica. Esta não foi o resultado de leituras, mas de uma práxis individual que se exerceu em diferentes países. O fato de haver presenciado como diversas formas de ação social e política levaram a resultados e perspectivas diferentes convenceu-nos da impropriedade de teorias como as que criticamos neste volume. Tais teorias, postas sem recato maior ao serviço exclusivo do capital e sobretudo do capital internacional, mostraram-se indiferentes à sorte da grande maioria das coletividades nacionais do Terceiro Mundo. Por isso, e urgentemente, estão a reclamar que se imaginem alternativas válidas, fundadas na especificidade dos nossos países e preocupadas em atribuir à maioria das populações interessadas aqueles bens, serviços e valores que restituam a cada homem a possibilidade de viver dignamente.

Este livro deseja ser uma contribuição nesse sentido.

MILTON SANTOS
São Paulo, março 1978

UMA REVISÃO DA TEORIA DOS LUGARES CENTRAIS*

Nos países subdesenvolvidos o espaço se caracteriza por ser organizado e reorganizado, dentro de uma matriz global, como função de interesses distantes. Entretanto, as forças de mudança não são monolíticas e seu impacto sobre o espaço é muito localizado, porque sua difusão pode encontrar poderosas forças de inércia. As forças de modernização são extremamente seletivas tanto quanto à forma como quanto aos efeitos. As variáveis modernas não se difundem homogeneamente através do espaço operacional, alterando-se a importância de cada uma delas. Esta mudança de forças produz instabilidade na organização espacial, com freqüentes desequilíbrios e reajustamentos.

As enormes disparidades de renda que caracterizam os países subdesenvolvidos têm também conseqüências espaciais. Nos países desenvolvidos, as disparidades de renda são menos importantes e têm pouca influência na acessibilidade de um grande número de bens e serviços.

* Do original em inglês, *Central Place Theory Revisited: The Two Urban Fields in the Third World Spatial Organization*, Paris, 1973.

Nos países subdesenvolvidos o potencial de consumo individual varia muito, porque o nível de renda é função da posição do indivíduo no espaço. Esta localização determina, por sua vez, a capacidade individual de produzir e de consumir.

Assim, o comportamento do espaço é influenciado pelas enormes disparidades geográficas e individuais. Esta seletividade espacial, que se manifesta tanto no plano econômico como no social, detém a chave da elaboração de uma teoria de espaço. Segundo se considere a produção ou o consumo, a seletividade espacial pode ser interpretada de duas formas. A produção, especialmente aquela que requer um alto nível de tecnologia, tende a se concentrar em pontos específicos. O consumo responde a forças de dispersão, mas a seletividade social age como um freio sobre essa dispersão porque a capacidade de consumir varia qualitativa e quantitativamente através do espaço.

Na medida em que novos gostos são difundidos em escala nacional e que subsistem gostos tradicionais, a organização econômica é forçada a se adaptar tanto a novas realidades como a realidades herdadas, bem como à necessidade de modernização dinâmica. Isto é verdadeiro tanto para os meios de produção como para os meios de distribuição. Assim, são criados nas cidades dois circuitos econômicos responsáveis não apenas pelo processo econômico urbano, mas também pelo processo de organização espacial. Dois subsistemas, o “circuito superior ou moderno” e o “circuito inferior”, podem ser isolados e identificados (Santos, 1971, 1972).

O circuito superior é resultado direto da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos são os monopólios. A maior parte de suas relações ocorre fora da cidade e da área que a circunda porque este circuito tem um quadro de referências nacional ou internacional. O circuito inferior consiste de atividades em pequena escala e diz especialmente respeito à população pobre. Contrariamente ao circuito superior, o inferior é bem sedimentado e goza de relações privilegiadas com sua região. Cada circuito forma um sistema, isto é, um subsistema do sistema urbano (Santos, 1971).

CARACTERÍSTICAS DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA
EM PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

	<i>Circuito Superior</i>	<i>Circuito Inferior</i>
Tecnologia	Uso int. de capital	Uso int. de mão-de-obra
Organização	Burocrática	Primitiva, não estruturada
Capital	Importante	Escasso
Mão-de-obra	Limitada	Abundante
Salários regulares	Prevalentes	Não requeridos
Estoques	Grande quantidade e/ou alta qualidade	Pequenas quantidades baixa qualidade
Preços	Fixos (em geral)	Negociáveis entre comprador e vendedor (regateio)
Crédito	De banco, institucional	Pessoal, não institucional
Margem de Lucro	Pequena por unidade mas importante, dado o volume dos negócios (exc. itens de luxo)	Grande por unidade mas pequena em relação ao volume dos negócios
Relação com fregueses	Impessoal e/ou por escrito	Direta, personalizada
Custos fixos	Importantes	Negligenciáveis
Propaganda	Necessária	Nenhuma
Reutilização das mercadorias	Nenhuma (desperdício)	Freqüente
Capital de reserva	Essencial	Não essencial
Ajuda governamental	Importante	Nenhuma ou quase nenhuma
Dependência direta de países estrangeiros	Grande; orientação para o Exterior	Pequena ou nenhuma

Apenas o circuito moderno tem sido objeto de pesquisa sistemática. No passado a análise econômica e, no seu despertar, a análise geográfica, confundiram o setor moderno da economia urbana com a economia urbana como um todo. J. Friedmann (1961, p. 89) declarava que “o setor popular está na cidade mas não faz parte dela”. Conseqüentemente, a maioria dos estudos não versa sobre a cidade completa mas sobre uma parte da mesma, impedindo a formulação de uma autêntica teoria da urbanização. Nosso pressuposto é que cada circuito mantém um tipo particular de conexão com a área de influência da

cidade: pode-se dizer, portanto, que cada cidade tem duas áreas de influência.

OS DOIS CIRCUITOS NO SISTEMA URBANO

As atividades dos dois circuitos econômicos estabelecem-se, em diferentes cidades, de acordo com as condições peculiares a cada circuito. As possibilidades de localização da indústria moderna crescem exponencialmente dos níveis mais baixos do sistema urbano até a metrópole. Recentemente, o estabelecimento de indústrias orientadas para o interior criou exceções a esta regra geral.

A viabilidade do comércio moderno parece aumentar com o tamanho e com o nível funcional da cidade. Quanto mais importante a cidade, maior o número de empresários, profissionais, funcionários públicos e assalariados e, conseqüentemente, maior o mercado para a produção das empresas modernas. O volume de negócios modernos aumenta, provocando uma redução do número de intermediários, o que, em contrapartida, permite um aumento do número de estabelecimentos modernos. A expansão do comércio é ainda mais promovida pelo aumento da quantidade de pessoas livres de dívidas, permitindo um uso mais liberal do crédito institucional.

Não é certo que as atividades terciárias sejam, de um modo geral, mais móveis do que as secundárias, como escreveu W. Lean (1969, p. 54). O estabelecimento de numerosos serviços é função de uma situação específica que não pode ser encontrada abaixo de um determinado limiar de atividade geral. Posto que mais e mais indústrias do Terceiro Mundo conseguem internalizar economias externas ou utilizar insumos importados, só as maiores metrópoles têm ao seu dispor número muito grande de serviços modernos, necessários ao funcionamento adequado de sua economia e administração. Esta situação resulta em parte da integração local da economia. O número e a qualidade destes serviços diminui com o nível urbano.

No plano inferior da escala urbana, as atividades do circuito superior geralmente agem a serviço da população (local e da área de in-

fluência da cidade) e seu tamanho é função do mercado. No plano superior, nas metrópoles nacionais, as atividades econômicas experimentam inter-relações e interdependência. Quanto mais pronunciado o nível de industrialização do país, mais as atividades econômicas das metrópoles estão sujeitas a obter autonomia, isto é, mais provável se torna que elas se sustentem mutuamente e criem seu próprio mercado em vez de serem condicionadas pelo mercado em si. Existem, naturalmente, situações intermediárias e a tal ponto que se torna difícil esquematizá-las.

A possibilidade dos negócios do circuito inferior parece crescer inversamente ao nível funcional das cidades; ela também aumenta em função da distância – no preço e no tempo – da cidade mais industrializada. Quais são, todavia, as condições que regulam sua expansão em cada cidade?

Nos planos inferiores do sistema urbano, qualquer obstáculo à produção ou à comercialização modernas limita o número de compradores regulares ou ocasionais e força alguns consumidores do setor moderno a comprar diretamente em cidades maiores, onde as mercadorias modernas são vendidas a preços mais baixos. Estes dois movimentos contribuem freqüentemente para garantir que não seja atingida aquela escala mínima requerida para o estabelecimento da atividade empresarial moderna. Da mesma forma, vai se tornando evidente uma tendência recente das classes mais altas de comprar alhures produtos de alta qualidade ou não disponíveis no local. As pessoas incapazes de viajar por razões financeiras – conseqüentemente prisioneiras do mercado local – têm de recorrer ao sistema de distribuição do circuito inferior. Uma vez que o número dos aptos a viajar decresce paralelamente ao tamanho ou nível da cidade – tal como ocorre com o número de profissionais, funcionários públicos e assalariados – o comércio moderno é menos importante e o comércio não moderno é relativamente mais importante no nível urbano inferior.

Quando uma pequena cidade abriga indústria de exportação, o emprego resultante pode introduzir um elemento de distorção em nosso esquema, ao estimular a criação do comércio moderno. Há, entretanto, uma questão de escala e, de toda forma, este tipo de atividade

não tem efeito multiplicador direto sobre outras atividades urbanas, especialmente se estabelecimentos modernos de comércio ou de serviços são criados por uma empresa industrial para uso exclusivo de seus empregados. Por outro lado, os supermercados e outros tipos de comércio moderno não se restringem a um mercado limitado.

No circuito inferior, as atividades de serviço são criadas primeiramente para servir à população e a outras atividades que não têm acesso regular aos serviços do circuito superior. Estes serviços geralmente funcionam como economias externas para as atividades do circuito superior. Há um equilíbrio estabelecido, isto é, em cada cidade há um ajustamento da oferta à procura. Estes serviços são oferecidos “em nível de varejo”, adaptados à escala das atividades do circuito inferior.

A importância dos serviços do circuito inferior aumenta com o tamanho da cidade. Enquanto na pequena cidade eles substituem os (às vezes inexistentes) serviços modernos, na cidade grande eles existem, apesar do grande número de serviços modernos, para atender à demanda da vasta população pobre. Na cidade grande, sua especialização e diversidade aumentam por causa da colaboração que prestam às atividades modernas.

A importância relativa das atividades do circuito inferior para a economia urbana não é constante nas diferentes aglomerações do sistema mas varia inversamente à importância dos centros. Não obstante, seu volume em termos absolutos varia diretamente. Mesmo metrópoles completas estão presentemente experimentando um claro processo de empobrecimento. Este fenômeno tem se acentuado, uma vez que o balanço da migração interna beneficia principalmente as grandes cidades.

AS DUAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DA CIDADE

Segundo Friedmann (1961, p. 100), “um espaço econômico efetivo se torna evidente quando tentamos visualizar uma área geográfica cujos limites são definidos por uma maior frequência relativa de transações econômicas internas a ela do que entre ela e outra área”. Esta definição está muito próxima da formulada por J. Boudeville para caracteri-

zar o *espaço polarizado* (1961). Pode-se ilustrar estas definições de espaço econômico efetivo e de espaço polarizado com exemplos das regiões metropolitanas de Buenos Aires ou do Cairo.

Friedmann, entretanto, pressupõe que a formação daquilo que chama de espaço econômico efetivo impõe, como premissa básica, que as regras da conduta econômica devam ser as mesmas através de uma área. Por outro lado, ele inclui entre os elementos da definição da estrutura interna do espaço econômico a extensão física das áreas de mercado.

A diferença entre os conceitos de Friedmann e de Boudeville não decorre apenas do fato de que o primeiro parece reservar a denominação de “espaço econômico efetivo” para um pequeno número de regiões do Terceiro Mundo; ela também se deve ao fato de Boudeville não atribuir conduta econômica homogênea ao seu espaço polarizado. A definição de espaço econômico efetivo cunhada por Friedmann pode, desta forma, excluir dessa categoria regiões dinâmicas, tais como as que rodeiam certas grandes cidades como Caracas ou Abidjã, onde a economia depende amplamente de países estrangeiros com os quais as transações comerciais são muito ativas. Por outro lado, esta mesma definição pode permitir que se considere como espaço econômico efetivo a área de influência, isto é, a área de ação do circuito inferior de uma pequena cidade afastada da metrópole econômica de um país, na medida em que as relações econômicas ocorrem mais frequentemente dentro da referida área geográfica.

Na realidade toda cidade tem duas áreas de mercado, cada qual correspondendo a um dos dois circuitos da economia urbana. Mesmo nas áreas de influência urbana mais ricas dos países subdesenvolvidos mais avançados é possível discernir a influência espacial destes dois subsistemas econômicos que funcionam lado a lado.

A influência territorial de uma aglomeração se divide entre os dois circuitos da economia urbana. Cada cidade tem duas áreas de influência de tamanhos diferentes e cada uma delas varia em função do tipo de aglomeração bem como dos procedimentos de cada circuito.

Como apontamos previamente, as relações entre o volume e a complexidade do circuito inferior e o tamanho da população diminui do

centro para a periferia, da metrópole para a cidade local. A área de influência do circuito inferior tende, ao contrário, a aumentar do centro para a periferia. Nas maiores cidades, o âmbito do circuito inferior tende a coincidir com os limites da aglomeração, enquanto que as cidades locais exercem a maior parte de sua influência territorial através do circuito inferior; o âmbito do circuito superior aumenta na medida em que se ascenda na escala urbana, da cidade local à metrópole.

O próprio mercado urbano é muitas vezes suficiente para permitir certas formas modernas de produção, especialmente sob condições monopolísticas. Entretanto, o âmbito de certas mercadorias pode ser o país inteiro. Sob tais condições, a diferença entre limiar e âmbito atingiria seu clímax. Esta diferença tende a se reduzir da metrópole para a cidade local. Na medida em que ascendemos na escala urbana, o limiar tende a coincidir com os limites urbanos. Ao mesmo tempo, nos seus níveis inferiores, o limiar tem que abranger uma área mais ampla. Isto explica em parte porque as cidades locais só com dificuldades podem sustentar atividades modernas, já que o limiar dessas atividades geralmente ultrapassa o âmbito da cidade.

Portanto, nas cidades locais, o limiar das atividades do circuito superior nunca é atingido, sendo apenas teórico ou ideal. Sob estas condições, a possibilidade de produção ou de comercialização de certas mercadorias reverte para cidades de níveis mais elevados. Conseqüentemente, não é apenas o limiar que é hipotético, pois o âmbito também o é. Arthur e Judith Getis (1966, pp. 221-222) definem o limite ideal como sendo “o raio máximo resultante do aumento do preço devido à distância, até que os consumidores não mais comprem o produto”.

Sob certos aspectos, a situação do circuito inferior é a inversa da do circuito superior. Nas cidades locais, a diferença entre âmbito e limiar chega ao máximo. Devido à não penetração de atividades modernas ou a obstáculos à difusão de produtos modernos em áreas de acesso difícil, o circuito inferior, através de seus mecanismos mais flexíveis de adaptação, assume o papel de distribuidor tanto de mercadorias tradicionais como de mercadorias modernas.

No que diz respeito às cidades locais, a extensão do raio de influência do circuito inferior se deve em grande parte ao fenômeno do “mercado temporário”, quer nas cidades, quer no espaço circunvizinho das aglomerações de nível mais baixo.

Na cidade propriamente dita, existem, por um lado, um circuito inferior permanente, correspondente às transações diárias e à escala urbana, e, por outro lado, um circuito inferior cujo tamanho varia de acordo com o da cidade e de sua área de influência. Na metrópole não existe um circuito inferior regularmente ampliado e inflado.

Na metrópole, o circuito inferior não tem condições de manter relações com outras cidades do sistema, apesar do seu volume – que necessariamente se liga à existência de uma grande população pobre – desproporcional em comparação com o do circuito inferior de cidades menores. Tais relações são exclusivas do circuito superior, enquanto o inferior mantém-se confinado à sua própria cidade.

Os custos operacionais do circuito inferior são relativamente mais altos nas maiores cidades do que em outras do sistema urbano. A monetarização é mais generalizada, as classes assalariadas mais importantes e os salários mais elevados. O consumo de “subsistência” inclui um grande número de mercadorias e serviços. Uma vez que no circuito inferior trabalha-se acima de tudo para subsistir, os custos destas mercadorias de subsistência tendem a crescer. Além de preços mais altos, os custos de transportes devem ser incluídos e se torna um problema transportar produtos manufaturados por este circuito. Por outro lado, como as economias de escala necessárias à criação do circuito inferior são mínimas, ele pode restabelecer-se facilmente em uma pequena aglomeração, próxima a uma grande cidade.

Em suma, a influência do circuito inferior está circunscrita aos limites urbanos da metrópole. Por outro lado, nas cidades locais ela ultrapassa amplamente os limites da aglomeração. Como nas cidades regionais, a influência do circuito inferior é idêntica à área de influência da aglomeração, onde ele encontra a competição da cidade local.

O que acabamos de explicar põe em questão o papel da teoria do lugar central, tal como é presentemente conhecida, para os países sub-

desenvolvidos. De qualquer forma, as noções de limiar e de âmbito devem ser examinadas devido à existência do circuito inferior. Podemos nos indagar se estas noções, formuladas por Christaller (1933) e reintroduzidas por Berry e Garrison (1958), podem ou não ser aplicadas a países subdesenvolvidos. J. H. Johnson (1966, p. 99), P. Wheatley (1969, p. 6), B. Marchand (1970), E. A. Johnson (1970) e Miller Jr. (1971, p. 321), entre outros, expressam sérias dúvidas acerca da aplicabilidade da teoria do lugar central ao Terceiro Mundo. Será possível identificar um único limiar quando se sabe que a economia urbana é composta de dois subsistemas estreitamente associados a dois setores da população? O conceito de limiar parece tanto mais nebuloso quando se sabe que, por um lado, os dois subsistemas são conectados pelas classes médias, isto é, por aquela parte da população capaz de consumo freqüente ou ocasional em ambos os circuitos e, por outro lado, que os dois circuitos econômicos interagem.

Assim, temos de entender o hexágono de Christaller de uma forma diferente, ou seja, de acordo com o princípio de comercialização, tal como a vemos em países subdesenvolvidos, considerando, ao mesmo tempo, a existência, na economia urbana, de dois circuitos. O que aqui escrevemos acerca das duas áreas de influência da cidade demonstra ao menos a necessidade de se formular a teoria do lugar central de uma maneira diferente.

BIBLIOGRAFIA

- BERRY, B. & GARRISON, W. "The Functional Bases of the Central Place Theory". *Economic Geography*, vol. 34, pp. 145-154, 1958.
- BERRY, Brian J.L. "A Note on Central Place Theory and the Range of a Good". *Economic Geography*, vol. 34, pp. 304-311, 1958.
- BOUDEVILLE, Jacques. *Les espaces économiques*. Paris, Presses Universitaires de France, 1961.
- CHRISTALLER, W. *Die Zentralen Orte in Suddeutschland*. Iena, 1933. (Tradução inglesa de BASKIN, C.W. *Central Places in Southern Germany*. Englewood Cliffs, N.J., Prentice Hall, 1966).
- FRIEDMANN, John. "Cities in Social Transformation". *Comparative Studies in Society and History*, vol. 4, pp. 86-103, jul. 1961.
- GETIS, A. & GETIS, J. "Christaller's Central Place Theory", *Journal of Geography*, vol. 65, pp. 220-226, 1966.
- JOHNSON, E.A. *The Organization of Space in Developing Countries*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1970.
- JOHNSON, James H. *Urban Geography: An Introductory Analysis*. Londres, Press, 1966.
- LEAN, William. *Economics of Land Use Planning: Urban and Regional*. Londres, The Estates Gazette, 1969.
- MARCHAND, Bernard. *Cours à l'Université de Paris I*. 1970.
- MILLER JR., V.P. "Towards a Typology of Urban-rural Relationships". *The Professional Geographer*, vol. 23, n.º 24, pp. 319-323, out. 1971.

SANTOS, Milton. *Les villes du Tiers-Monde*. Paris, M.-Th. Genin, 1971.

SANTOS, Milton (ed.). *Modernisation et espaces dérivés*. Paris, Presses Universitaires de France, 1972 (*Tiers Monde*, vol. 13, n.º 50).

WHEATLEY, Paul. *City as Symbol: An Inaugural Lecture Delivered at University College*. Londres, H. K. Lewis, 1969.